

NOTA INTRODUTÓRIA

CICERO ARAUJO

Na tarde do dia 3 de dezembro de 2004 realizou-se na sede do Cedec o Seminário “Democracia e Reflexão: *Lua Nova* Vinte Anos”. Participaram dessa comemoração membros do Conselho Editorial e colaboradores da revista, diretores, pesquisadores e amigos do Cedec. Também estiveram presentes ex-editores de *Lua Nova*.

Para um periódico com as características de *Lua Nova*, fazer vinte anos é uma façanha. Não é de hoje a constatação de que, na América Latina, a taxa de “mortalidade infantil” de revistas culturais e políticas, acadêmicas ou não, é altíssima. Na verdade, a taxa de “natalidade” também é alta e provavelmente uma coisa tem a ver com a outra. Mas poucas são as que se transformam em instituições, com uma tradição e um nome enraizados.

Lua Nova surgiu na mesma época em que um novo regime político também se construía em nosso país. E com esse último, as esperanças – que haviam sido sufocadas nos vinte anos anteriores – de promoção de uma nova experiência democrática. Que *Lua Nova* tenha nascido nesse contexto não é mera coincidência, pois seu propósito fundador foi justamente dar sua contribuição ao crescimento da democracia no Brasil. Por isso mesmo os expositores do seminário comemorativo – os professores Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco e Cruz – foram convidados a fazer um balanço dessa experiência política cuja idade é a mesma da revista.

No projeto que justificou a sua fundação estava escrito: “LUA NOVA: uma revista de intervenção”. “Trata-se de uma publicação que, tendo como ponto de partida os problemas da conjuntura, se propõe a desvendar o que está por trás dos acontecimentos. Pretende indicar as grandes questões que formam o pano de fundo da conjuntura e que, por sua natureza, influem decisivamente na ação concreta dos homens”. Essas palavras poderiam insinuar, equivocadamente, que a revista pretendia “fazer

a cabeça” de seus leitores com um ponto de vista determinado, fixo. Porém, logo em seguida o projeto esclarecia: “Trata-se de uma revista voltada à polêmica, às diferenças de opinião sobre problemas cruciais e que, apoiada sobre o contraste de pontos de vista, oferece um quadro mais amplo onde possam se fundamentar as opções daqueles que estão na ação”.

Uma revista política, portanto. Mas política num sentido bem alargado: quando agimos politicamente, nos colocamos perante escolhas cuja densidade, histórica e conceitual, não aparece numa primeira visada, e assim elas carecem de um *esclarecimento* que torne a própria ação subsequente mais densa. Porém, como a política democrática se faz no plural, o “esclarecimento” não pode surgir de um ponto de vista supostamente privilegiado – que se basta, que já sabe o que deve ser feito e quer apenas ensinar os que não sabem – mas do contraste, choque ou convergência de perspectivas.

Não há dúvida que a revista, em seus inícios, pretendia fazer um tipo de intervenção muito mais concreto do que veio a realizar mais à frente. O público a atingir, dizia o projeto, seriam lideranças “de partidos, sindicatos, movimentos populares, associações profissionais e demais organizações, tais como as religiosas e culturais”, além de “estudantes e profissionais universitários”.¹ Certo também é que se esperava que *Lua Nova*, pelas próprias raízes políticas de seus fundadores, viesse a operar o debate e a polêmica a partir de um campo que representasse o largo espectro do pensamento de esquerda ou progressista.

De lá para cá, essas expectativas iniciais passaram por mutações, adaptando-se às mudanças pelas quais também passou o ambiente intelectual e político da sociedade brasileira nesse período. Em primeiro lugar, os condutores da revista foram se apercebendo de que as questões de conjuntura poderiam ser melhor tratadas por outros órgãos de comunicação e debate, com periodicidade mais curta e a agilidade correspondente. Para preencher adequadamente seu propósito fundador básico, tratar das “questões de fundo”, a revista teria agora de guardar uma certa distância em relação às rápidas mudanças de conjuntura. Isso significava que as “questões de conjuntura” não mais deveriam ser respondidas? Deveriam sim, mas de forma, digamos assim, sublimada, e não diretamente, para que o propósito do esclarecimento advindo do contraste de perspectivas fosse melhor realizado. Refletir sobre a vida cultura e política do país e do mundo, com a densidade esperada, exigia um ciclo mais longo de elaboração da revista

¹ O que é um tanto diferente do público atual da revista, composto em sua maioria, por intelectuais num sentido mais restrito, muitos dos quais com inserção em institutos acadêmicos e de pesquisa, além de frequentadores das bibliotecas e cursos de graduação e pós-graduação.

– o que também condicionaria o tipo de artigos elaborados – do que os ciclos, necessariamente mais curtos, das conjunturas.

É claro que o objetivo de intervenção concreta do pensamento sobre a prática política, no sentido de fazê-lo influir na ação cotidiana de lideranças de partidos, sindicatos, movimentos populares etc, iria também sofrer uma revisão, desde que a elaboração mais abstrata dos artigos da revista teria agora de ser filtrada e capilarizada por outras mediações – inclusive por outros órgãos de comunicação e debate – que a própria abertura política do novo regime propiciava. De novo: a questão não era absolutamente abster-se da intervenção política, mas essa teria de esperar os efeitos demorados e, contudo, também sutis, do pensamento concentrado. Uma revista com as intenções de *Lua Nova* jamais conseguiria ser uma observadora impassível dos acontecimentos do mundo, porque o pensamento político, por mais abstrato e teórico que seja, sempre lançará sua visada crítica e prescritiva e, portanto, inevitavelmente prenhe de ação. Mas a intervenção haveria de sintonizar-se com o ciclo longo da reflexão.

Tudo isso fez com que *Lua Nova* se aproximasse das características de um periódico acadêmico, universitário, desde que o próprio modo de elaboração intelectual da Universidade – uma instituição que só consegue cumprir seus propósitos na medida em que alcance uma razoável “autonomia” em relação aos acontecimentos mais passageiros e perecíveis da sociedade – tendia a ser análogo ao pretendido pela revista. Porém, uma revista acadêmica toda peculiar, pois que acabou não se amoldando à ultra-especialização que os periódicos acadêmicos, inclusive os do campo das Ciências Sociais e Humanidades, vêm sofrendo. Mesmo que os artigos de *Lua Nova* sejam de largo fôlego, e freqüentemente muito abstratos, sua linguagem não é hermética, inacessível ao cidadão leigo, contanto que atento e bem informado. De modo que para compreender qualquer um dos textos de seus colaboradores, ao leitor da revista nunca foi exigido mais do que aquela capacidade que certa vez Descartes chamou de “bom senso”.

E o que dizer da expectativa inicial de operar a discussão a partir do campo progressista ou de esquerda? Como sabemos, nos anos subseqüentes ao da fundação de *Lua Nova*, muitas águas rolaram no que diz respeito à identidade da esquerda, no Brasil e no mundo. Simultaneamente ao declínio e queda do regime militar – que foi em ideologia inspirado pelo campo do pensamento de direita ou conservador –, e com o advento do novo regime, inspirado em ideais democráticos, é curioso que nesse período as visões de esquerda tenham sofrido um abalo tão forte, deixando perplexos seus mais sofisticados porta-vozes. Como as palestras

que publicamos a seguir indicam, em certos aspectos esse abalo foi ainda maior do que nos tempos de “sinal fechado” dos militares.

Em relação a esse fato, não é difícil reconhecer que durante a fase de decadência da ditadura brasileira, ao longo da chamada “transição” ou “liberalização” do regime – nos tempos em que, entre outros, o Cedec foi fundado, e as bases político-culturais de *Lua Nova* gestadas –, as idéias de esquerda fossem mesmo melhor recebidas do que são hoje. E isso, não só porque o Muro de Berlim ainda não havia caído, mas também porque, no Brasil, as idéias de direita que apoiaram a ascensão da ditadura estavam claramente na defensiva. O que também não há de surpreender: quando o pensamento se apóia na força e na violência, ele tende ao mesmo tempo a perder sua atração enquanto *pensamento*. Contraditoriamente, são as idéias amordaçadas que acabam ganhando vigor, porque não tem outra alternativa senão valer-se da “força” que o próprio pensamento possui. Talvez por isso se chegou a imaginar, então, que o conservadorismo e a direita, pelo menos no contexto brasileiro, eram inerentemente avessos a regimes democráticos, e portanto a ideais democráticos. Com frequência se dizia até que a democracia e os ideais generosos de liberdade e igualdade que continha seriam um patrimônio da esquerda.

Mas eis que a ditadura brasileira caiu e um pouco depois o dito Muro também. E dos escombros da primeira nasceu um regime aberto, sem censura, receptivo ao livre debate das idéias e ao pluralismo ideológico e político – um regime democrático de nome, mas cujo sentido concreto estava, e continua a estar, em disputa. E estava em disputa porque logo se percebeu que a direita não era assim tão “burra” (como em outros tempos alguém famosamente havia decretado), e que, voltando todos a respirar o ar menos poluído do pluralismo, dele o próprio pensamento de direita poderia se beneficiar para realizar seu *aggiornamento*, revitalizando-se. E mais do que isso: reconciliando-se com a democracia, emprestando a esse nome o sentido que considerasse mais apropriado à sua perspectiva. Assim, cedo se descobriu que “democracia” não era um monopólio da esquerda, mas um conceito de sentido insaturado, polêmico, como costuma ser todo conceito político (embora disso só nos damos conta realmente quando há pluralismo).

Contudo, pelo menos para as finalidades intelectuais de *Lua Nova*, esses acontecimentos não são de lamentar – muito pelo contrário. Primeiro, porque lançam um instigante desafio ao pensamento, um desafio que prazerosamente fornece alimento e vibração às páginas da revista. Segundo, porque acreditamos piamente que o vigor do pensamento con-

servador pode ajudar a revigorar o pensamento progressista, e vice-versa, na medida em que não se vejam como doutrinas fixas, cujas verdades são independentes de sua comunicação recíproca. Nossa mais acalentada esperança é de que esse duplo vigor venha a se tornar um patrimônio comum da experiência política que o Brasil iniciou há vinte anos, até para que possamos continuar a vivê-la em modos mais satisfatórios no futuro.

Enfim, estamos falando de uma aposta na Inteligência, venha de onde vier. E é com essa aposta que *Lua Nova* pretende continuar dando sua modesta contribuição à Cultura, à Política, ao Brasil.